



PAPEL DA APROCOR NA INSERÇÃO DE CORUMBATAÍ DO SUL NA REDE URBANA DE PRODUÇÃO DA FRUTICULTURA E OLERICULTURA¹

COLAVITE, Ana Paula, TIDE - Doutorado, Fecilcam, apcolavite@hotmail.com
PASSOS, Messias Modesto dos, UEM, mmpassos86@gmail.com

INTRODUÇÃO

Analisar o espaço geográfico através de redes urbanas demanda compreender alguns aspectos relacionados a estas, dentre os quais destacamos: as cidades que compõem uma rede apresentam-se organizadas hierarquicamente e com funcionalidades específicas; as redes apresentam um centro que é responsável pela organização, estruturação e gestão da rede; a gestão do território está vinculada a redes (geográficas ou não) que através do Estado, grupo social, instituição ou empresa, controlam a organização e reprodução do espaço.

As redes geográficas estão diretamente relacionadas aos componentes do espaço geográfico (fixos) e aos fluxos existentes entre esses. No caso das redes urbanas são estabelecidas conexões entre cidades que vão desde os aspectos físicos/materiais (estradas), até da força de trabalho, das comunicações e das relações de poder. As redes influenciam diretamente a formação socioespacial e por sua vez são diretamente influenciados por esta.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é discutir como o município de Corumbataí do Sul tem adquirido centralidade na rede urbana de produção agrícola, com o desenvolvimento da fruticultura e da olericultura, organizadas através da APROCOR (Associação de Produtores de Corumbataí do Sul – PR) e da COAPROCOR (Cooperativa Agroindustrial dos Produtores de Corumbataí do Sul) que atuam incentivando os pequenos proprietários da região a trabalharem com a diversificação da produção agrícola, investiga-se ainda de que forma estas ações tem interferido na formação socioespacial regional.

¹ O presente artigo apresenta parte de resultados iniciais de pesquisa de TIDE e de Doutorado, desenvolvidos sob o título "Transformações Históricas e Dinâmica Atual da Paisagem do Município de Corumbataí do Sul-PR", o projeto de TIDE encontra-se vinculado ao Grupo de Estudos GERA.



DO ESPAÇO GEOGRÁFICO ÀS REDES URBANAS

Antes de adentrar na questão das redes urbanas faz-se importante discutir o espaço geográfico, o qual segundo Santos (2002, p.61) é composto por um conjunto de fixos e fluxos. Os elementos fixos, ou sistema de objetos, correspondem às construções, aos parques, praças, florestas, lagos, estradas, enfim tudo que se encontra fixado nos lugares, sejam eles oriundos do meio natural ou da ação do homem sobre este. Já os fluxos, ou sistema de ações,

São um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também se modificam, [atualmente] os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos (SANTOS, 2002, p.62).

Não há forma de dissociar os objetos das ações ou as ações dos objetos, sua inter-relação forma um quadro geográfico único, em constante transformação e interação, sendo que “de um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma” (SANTOS, 2002, p.63), as relações estabelecidas entre fixos e fluxos ocorrem de maneiras distintas no espaço e no tempo, são, portanto conjunturais.

Os objetos e as ações são inúmeros e relacionam-se de variadas formas, no tempo e no espaço, produzindo diferenças socioespaciais, que segundo Corrêa (2006) além de inevitáveis e necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, são cada vez mais intensificadas por este, re-fragmentando e articulando continua e simultaneamente a superfície terrestre, como resultante tem-se diferenças socioespaciais instáveis que podem ser analisadas em diversas escalas, dentre elas a da rede urbana, ou rede de cidades.

Para compreender a rede urbana em termos conceituais, vários temas devem ser levados em consideração, dentre os quais Corrêa (2006, p.4-5) elenca:

- i – A gênese e dinâmica das cidades é um deles, incluindo-se as condições externas e internas da criação e o papel de agentes sociais locais e externos.
- ii – O processo de transformação funcional ou, ao contrário, a cristalização funcional, e seus agentes é outro tema: com ele a centralidade e as especializações são postas à luz.
- iii – O tamanho demográfico e sua constituição, envolvendo relações com o mundo agrário, é outro elemento de diferenciação sócio-espacial na rede urbana.
- iv – As interações espaciais, curtas e/ou a longa distância, com distintos direcionamentos, frequência e natureza dos bens e serviços, constitui outro elemento que se reporta à inserção de cada cidade na divisão territorial do trabalho. Ou em outra leitura, reporta-se à qualificação de cada centro da rede



urbana ou de toda a rede, como parte integrante de múltiplos e complexos ciclos de reprodução do capital. Nesse sentido, um estudo sobre a classificação funcional de cidades constitui-se em contribuição para descrever a diferenciação sócio-espacial na escala de rede urbana.

v – A forma espacial da rede urbana, por fim sintetiza a espaço-temporalidade da rede urbana. As redes urbanas solar, dendrítica, christaleriana, axial, circular e em múltiplos circuitos, descrevem arranjos espaciais que definem a diferenciação sócio-espacial. A forma da rede urbana retrata os padrões locacionais dos centros urbanos, as vias de tráfego que os conectam entre si e com centros externos, assim como revela relações com a natureza e o quadro agrário: com o qual mantém contactos.

As inúmeras combinações possíveis dos elementos anteriormente apresentados resultam nas diferentes formações socioespaciais, duráveis por um determinado período, as quais são resultantes de processos e práticas espaciais específicas e localizadas. Corrêa (2006, p. 8) diferencia práticas espaciais de processos, sendo que a primeira caracteriza-se pelas “ações individuais, não necessariamente sistemáticas e regulares, caracterizadas por uma escala temporal limitada”, diferentemente dos processos que “constituem um movimento de massa, envolvendo uma sequência sistemática e regular de ações em um período de tempo relativamente longo”. Enquanto as práticas caracterizam-se pela individualidade, pontualidade locacional e curto período de duração, os processos são caracterizados pela repetitividade e duração longa. Dentre as práticas espaciais tem-se: seletividade espacial, fragmentação-remembramento espacial, e antecipação espacial; vale salientar que essas práticas estão embutidas na constituição de redes urbanas diversas.

A diversidade das redes urbanas reside nas inúmeras combinações possíveis entre elementos, práticas e processos espaciais que resultam em uma dada forma de organização espacial por certo período de tempo. A organização espacial sofre constantes transformações que “não são iguais, tanto no que se refere à natureza, quanto à intensidade, quando se trata das áreas agrícolas e urbanas” (CORRÊA, 2000, p.124). Com relação às obras do homem o meio rural apresenta menor fixidez, podendo sofrer drásticas alterações em curto período de tempo, diferentemente das áreas urbanas cujos objetos são de maior fixidez, portanto não sofre muitas alterações nas formas, geralmente estas são mantidas, porém muda-se suas funções. Santos (2007, p.54) nos apresenta que essas alterações ocorrem para “poder acompanhar as transformações da sociedade. A forma é alterada, renovada, suprimida para dar lugar a uma outra forma que atenda às necessidades novas da estrutura social”.

Essas alterações são planejadas e engendradas por meio da gestão territorial que para Corrêa (1996, p.3) caracteriza-se como a dimensão espacial da gestão e “trata-se de um conjunto de ações que tem como objetivo, no plano imediato, a criação e o controle da organização do espaço”. Define gestão territorial ainda como o



[...] conjunto de práticas que visa, no plano imediato, à criação e ao controle da organização espacial. Trata-se da criação e controle das formas espaciais, suas funções e distribuição espacial, assim como de determinados processos, como concentração e dispersão espaciais, que conformam a organização do espaço em sua origem e dinâmica. Em última instância, a gestão do território constitui poderoso meio que visa, através da organização espacial, a viabilizar a existência e a reprodução da sociedade (CORRÊA, 1992, p.115).

Por meio do controle e gestão territoriais emergem os circuitos espaciais de produção, intensificada pela constante especialização regional, e que insere-se em uma rede urbana onde deve-se considerar desde o local onde é iniciada a produção até o seu destino final (mercado consumidor). Sobre esse aspecto Santos (1988, p.18) expõe que “uma mesma área, hoje, pode ser ponto de confluência de diversos circuitos produtivos. Numa mesma região realizam-se distintas fases de distintos circuitos de produção”. O mesmo autor ainda argumenta que todos os centros urbanos, por menores que sejam, participam dos circuitos de produção, sendo este um reflexo eminente da globalização, assim como Corrêa (1999, p.47) coloca que a globalização promove “alterações funcionais ou refuncionalização dos pequenos centros”, justamente enquadrando-se nos circuitos espaciais de produção, promovido por diversos agentes que não necessariamente são grandes corporações.

Diante do aporte teórico apresentado, esta pesquisa desenvolve-se sobre a premissa de que a Aprocor e a Coaprocor tem atuado como importantes agentes de gestão territorial no município de Corumbataí do Sul, expandindo constantemente sua área de atuação, na forma de rede urbana através da seletividade espacial de municípios cujos processos de produção agrícola ficaram a margem do interesse econômico das grandes cooperativas agrícolas, especialmente por suas condições físico topográficas, emergindo assim o interesse pela produção agrícola familiar em pequenas propriedades da fruticultura e olericultura.

ASPECTOS GERAIS DE CORUMBATAÍ DO SUL E SUA INSERÇÃO NA MESORREGIÃO CENTRO-OCIDENTAL PARANAENSE

Embora o processo de colonização de Corumbataí do Sul tenha tido início na década de 1960 ele só foi elevado à categoria de município no ano de 1989, resultado efetivo do processo de redemocratização do Estado Brasileiro da década de 1980. Este, como outros pequenos municípios, foi instituído sem apresentar reais condições de auto-suficiência e viabilidade econômica, política e social, e são dependentes especialmente de repasses de



verba federal proveniente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Sobre este assunto Tomio (2002) expõe que:

A maioria dos municípios criados nas últimas duas décadas depende diretamente das transferências federais para o seu funcionamento. A receita tributária própria é incapaz de sustentar sequer os cargos políticos gerados pela emancipação (prefeitos, vereadores, secretários municipais). Além disso, em geral, a atividade econômica nesses municípios é incipiente e sem fontes geradoras de impostos, tornando inexpressiva a participação direta nos tributos estaduais e federais. Portanto, é o FPM que garante a sobrevivência da maior parte das unidades emancipadas.

O município de Corumbataí do Sul no ano de 2007 apresentou recebimento de mais de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) do Fundo de Participação dos Municípios (IBGE, 2009). Esta ausência de auto-suficiência econômica em um município gera inúmeros problemas de ordem social, dentre eles a maciça saída de jovens que buscam em outras localidades oportunidade de empregos. Segundo dados do IBGE (2008, apud COSTA, 2009) na década de 1970 a população de Corumbataí do Sul era de 10.993 habitantes, dos quais 609 habitantes urbanos e 10.384 habitantes rurais. Já em 2000 passa para 4.946 habitantes, sendo 60% rural, e em 2007 esse número passa para 4.262 habitantes, sendo 2.151 habitantes urbanos e 2.111 rurais. No período abordado houve um decréscimo de população de 6.731 habitantes. A taxa de urbanização em 2007 é de 50,46%.

Ademais comparando-se os indicadores estatísticos que representam o município aos índices que representam a média dos municípios da Mesorregião Centro-ocidental Paranaense percebe-se a situação decadente em que o município está inserido atualmente, apresenta atualmente um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal do Paraná com valor de 0,678, o PIB (Produto Interno Bruto) e a renda per capita também se encontram muito abaixo da média regional, embora ao considerarmos a média regional o crescimento populacional tenha sido negativo, em Corumbataí do Sul, este processo apresentou-se ainda mais intenso, quadro 1, fato que corrobora os dados populacionais apresentados anteriormente.

Quadro 1: Indicadores estatísticos

Índice estatístico	Corumbataí do Sul	Mesorregião
PIB per capita	R\$ 5.670,00	R\$ 10.100,00
Renda per capita	R\$ 116,09	R\$ 176,00
IDH-M	0,678	0,717
Taxa de crescimento geométrico	-3,25	-1,69

Fonte: Adaptado de IPARDES (2009)

Desde o início de seu processo de colonização o meio rural desenvolveu-se com base na agricultura permanente do café e também com pastagens e outras atividades



agropecuárias, as quais estão fortemente presentes ainda hoje no município, já o cultivo de soja, milho e trigo (agricultura temporária), com finalidade especialmente de exportação, cujo cultivo é incentivado pelas grandes cooperativas agroindustriais, têm ganhado espaço nas regiões de relevo mais suave, especialmente nos interflúvios da borda oeste, onde se têm constituído médias e grandes propriedades rurais, através da compra e anexação das pequenas propriedades, cujo dono não possui reais condições para se adequar às novas condições do mercado de produção de grãos. Já nas regiões de relevo dissecado ainda é evidente o grande número de pequenas propriedades rurais e da agricultura familiar.

No contexto geral o município apresenta topografia dissecada em grande parte de sua área total, 27% do total apresenta declividade superior a 20% (limite máximo a mecanização da produção agrícola), outros 33% da área total situam-se na faixa de declividade que vai de 12 a 20%, e que pode ser considerada como de difícil e inapropriada mecanização. O fator topográfico encerra um dos motivos que influenciou na manutenção das áreas dedicadas ao cultivo de café, uma vez que permanecem excluídas do interesse das agroindústrias dominantes, como a Coamo (Cooperativa Agropecuária Mourãoense LTDA) e a C.Vale (Cooperativa Vale) que atuam em grande parte dos municípios da Mesorregião Centro-ocidental Paranaense, cujo uso da terra é quase que exclusivamente voltado à monocultura de soja, milho e trigo (COLAVITE, 2009).

Enquanto a maioria dos municípios constituintes da Mesorregião Centro-ocidental Paranaense passou pelo processo de modernização da agricultura na década de 1970, Corumbataí do Sul, por suas condições físicas inapropriadas manteve cultivos tradicionais como o café e o uso predominantemente do solo voltado à pecuária. Sobre o processo de modernização da agricultura paranaense, Moro (2001, p.91) expõe que:

A partir do final da década de 60 e com maior vigor durante a de 70, a agricultura paranaense entra no processo de sua modernização. Modernização considerada parcial, conservadora e dolorosa. Parcial porque limitou-se a algumas regiões do país, a alguns produtos específicos e a certas fases da organização da produção. Conservadora porque não rompeu com a tradicional concentração fundiária, isto é, da posse da terra. Dolorosa porque concorreu para espoliar do campo milhares de pessoas ligadas às atividades agropecuárias, acentuando o êxodo rural e a miséria.

Corumbataí do Sul ficou à margem do processo de modernização da agricultura, porém como não apresentava políticas agrícolas consistentes também sofreu o processo de êxodo rural, o cultivo de café que foi mantido não se caracteriza como adequado à região, especialmente por sua localização geográfica, o município situa-se ao sul do paralelo 24º de latitude, valor máximo indicado a este cultivo, o que a torna propícia às geadas, fato registrado em várias ocasiões, como não existiam políticas de auxílio a estes pequenos



proprietários muitos não conseguiram manter-se no campo e acabaram por migrar para outras regiões. Sobre a ocorrência de geadas e sua correlação com a cafeicultura, o pesquisador do Instituto Agrônomo de Campinas, Rogério Alfonsi expõe que “no Paraná as mais intensas [geadas] foram em 1975, 1979, 1981 e 1994. Constata-se que nessa geada de 1994, o Paraná sofreu os mesmos efeitos da geada verificada em 1975, com quase 100% de perdas [da produção de café].” (ALFONSI, 2000), ademais as culturas de café de Corumbataí do Sul também foram atingidas por granizo e chuvas excessivas entre 1997 e 1999.

A geada do ano de 1975 ficou conhecida como a maior da história paranaense, recebendo o nome de “Geada Negra”, quando os cafezais do estado do Paraná foram dizimados quase que na totalidade, influenciando na safra do ano posterior, já que a safra deste ano já havia sido colhida. Estes fatos em associação com a modernização da agricultura culminou na quase que erradicação do cultivo do café na Mesorregião Centro-ocidental Paranaense, e conseqüentemente na intensificação do êxodo rural. Diante deste contexto Costa e Rocha (2009, p.116) nos apontam que “a partir da década de 1970, em razão do novo modelo de uso do solo e da falta de alternativas para o desenvolvimento, a região passou a ter decréscimo de população, que vê na migração para os centros urbanos maiores uma saída para o desemprego” em aproximadamente uma década houve êxodo de aproximadamente 130.000 habitantes da mesorregião, valor expressivo diante dos 530.000 habitantes existentes no início do processo.

APROCOR E COAPROCOR NA REDE DE PRODUÇÃO DA FRUTICULTURA E OLERICULTURA

Buscando agregar valor ao café produzido na região e melhores condições de inserção no mercado, em 1992 por iniciativa de alguns proprietários rurais foi fundada a AMACOR que em 1997 passou a chamar APROCOR, cuja política estatutária baseia-se em: promover diversificação da agricultura, com alternativas ao cultivo de café e soja e à criação de gado; levar informações aos cooperados através de cursos e palestras sobre novos cultivos e sobre melhorias nos já existentes e; ampliar mercado de venda e aumentar o valor dos produtos, repassando os produtos em grandes quantidades, aos mercados maiores e mais consolidados (APROCOR, 2010).

Aos poucos a cooperativa foi sendo estruturada e por conta das intempéries climáticas começou a atuar no ano de 1999 incentivando o cultivo de maracujazeiro azedo como fonte de renda alternativa. A escolha por esta espécie deu-se principalmente pela rapidez no retorno dos investimentos e pela rentabilidade da fruta. No gráfico 01 pode-se



observar a evolução da produção e venda de maracujá para a indústria e para o mercado, sendo que os dois distinguem-se pela qualidade da fruta, e conseqüentemente pelo valor agregado. O maracujá para indústria apresenta um valor menor e foi o primeiro tipo a ser comercializado pela APROCOR, o de mercado passa a fazer parte das vendas a partir da terceira safra, para o qual se obtêm aproximadamente o dobro do preço da outra categoria.

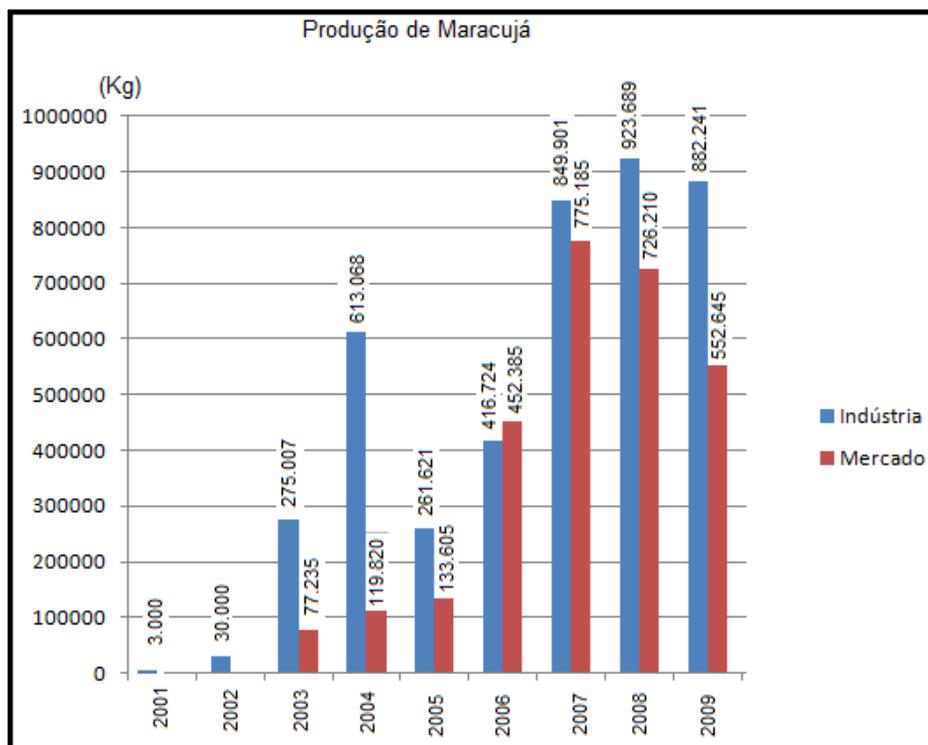


Gráfico 01: Relação da produção de maracujá no município de Corumbataí do Sul
Fonte: APROCOR (2010)

A iniciativa de diversificação de cultivos agrícolas, que começa localmente, passa a influir nos municípios da região, notadamente aqueles que apresentam características topográficas semelhantes às de Corumbataí do Sul, resultando na constituição de uma rede de produção de maracujá, cuja arrecadação começa a interferir no desenvolvimento econômico regional, notadamente nos municípios de Godoy Moreira (onde já foi montado um posto de recebimento de produtos) e Barbosa Ferraz, conforme índices de valores arrecadados com a venda de maracujá apresentados no gráfico 02.

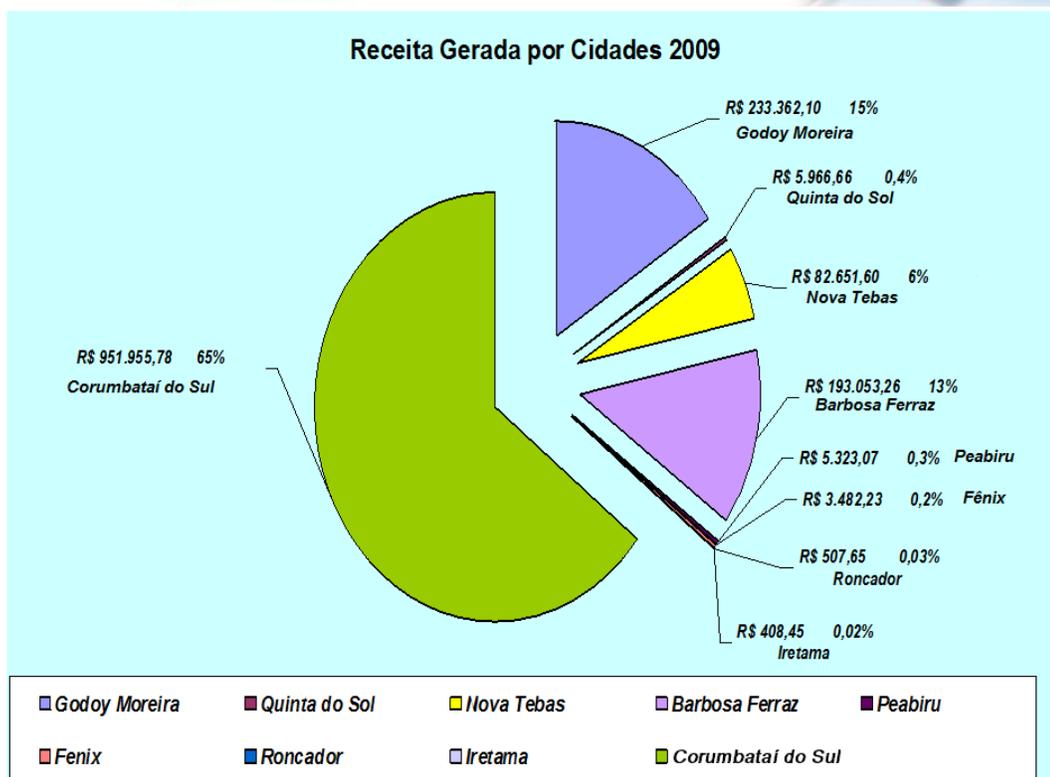


Gráfico 02: Relação da produção de maracujá por município
Fonte: APROCOR (2010)

Duas novas alternativas relativas à produção de maracujá estão em desenvolvimento, a primeira já instituída é o beneficiamento da semente de maracujá e a segunda ainda em estruturação é a construção de uma indústria de processamento da polpa da fruta. Sobre o beneficiamento da semente de maracujá, este é um processo que tem sido desenvolvido em conjunto com a indústria de cosméticos Natura; após a extração da polpa de maracujá pelas indústrias, estas retornam a semente para produtores de Corumbataí do Sul que empreendem o seu beneficiamento. O processo consiste na lavagem e secagem do material que posteriormente é repassado para a Natura que procederá a extração de óleo e sua utilização no desenvolvimento de produtos cosméticos, futuramente será instalado no local a estrutura para extração do óleo que será repassado diretamente para a Natura, agregando maior valor ao produto e propiciando geração de emprego e renda. Ainda em associação com a Natura é realizado o extrativismo de sementes da aroeira pimenteira (*Schinus terebinthifolia*), nativa da região.

Com relação à implantação de indústria de beneficiamento de polpa, este é um projeto que vem sendo desenvolvido em conjunto com a FECILCAM (Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão) e a UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná), através de projetos coordenados por professores destas instituições, que são



financiados pelo programa Universidade Sem Fronteiras², para atender estes projetos o barracão industrial está em fase final de construção e os equipamentos já foram adquiridos, até o final do ano está prevista a inauguração das instalações e o início das atividades. A instalação da indústria de beneficiamento da polpa permitirá agregação de valor aos produtos, aumento da arrecadação municipal e geração de emprego.

Atualmente a APROCOR vende o maracujá de mercado diretamente para o CEASA em São Paulo, e além desta fruta outras espécies frutíferas tem ganhado destaque e incentivo na rede, são elas: citrus (laranja comum, poncã, tangerina e limão taiti), uva, figo e caqui. No ano de 2007, somente em Corumbataí do Sul, aproximadamente 40 mil pés de citrus foram plantados e este ano as primeiras safras começaram a ser colhidas; já a uva apresenta o cultivo condicionado às condições climáticas e pelo excesso de chuva neste ano houve perda de aproximadamente 95% da produção, além da fruta as folhas são revendidas para a indústria farmacêutica; o figo ainda é um cultivo pouco difundido e maior parte do montante obtido é utilizado para a produção de compotas no local, não atingido o mercado externo; o caqui está em estágio inicial, porém na associação já existe equipamento de beneficiamento deste e em breve sua produção será ampliada. Ademais outros municípios começam a adentrar neste circuito de produção com uma diversificação agrícola cada vez maior, os cultivos de goiaba e pêssego são dois que passam a ser analisados.

Além de espécies frutíferas tem ganhado destaque espécies olerícolas, tais como: abóbora, batata doce, berinjela, pimentão e vagem, sendo que as três últimas têm seu cultivo realizado em estufa, e estão em desenvolvimento especialmente no município de Godoy Moreira. Para a venda de batata doce o maior desafio correlaciona-se com a necessidade de lavagem do produto, antes de sua colocação no mercado, para tal a associação prevê a compra de equipamento destinado a esta finalidade.

Paralela às atividades da APROCOR, no ano de 2009 foi criada a COAPROCOR, que permite maior liberdade na compra de insumos agrícolas que são repassados aos produtores com preço menor que o de mercado e a comercialização dos produtos agrícolas, com maior agilidade e de forma mais organizada.

² Instituições de Ensino Superior do Paraná, com o apoio da SETI (Secretaria de Estado Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) através do Programa Universidade Sem Fronteiras têm desenvolvido projetos de extensão em municípios que apresentam indicadores sociais e econômicos abaixo da média estadual, na busca pela melhoria da atual situação dos municípios. Na primeira edição do Programa USF, para a temática: Apoio a Agricultura Familiar, foram aprovados 02 projetos enfocados no município: *O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica das economias contemporâneas - Diversificação da Agricultura (FECILCAM)*; *Valorização da agricultura familiar por meio de alternativas para incrementar a produtividade dos produtores agrícolas da associação dos produtores rurais de Corumbataí do Sul/PR (UTFPR)*.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das breves análises apresentadas pode-se perceber que o município de Corumbataí do Sul tem adquirido centralidade na rede de produção de frutas e verduras, surgindo através da organização associativista e cooperativista, colocando-se no mercado com maiores possibilidades de concorrência com outras regiões produtoras.

Guardadas as proporções escalares o município de Corumbataí do Sul transforma-se em um centro de gestão do território que:

caracteriza-se, em realidade, por ser um centro onde tomam-se decisões e fazem-se investimentos de capital que afetam direta e indiretamente amplo espaço. Controlam assim a organização espacial de um dado espaço, influenciando a gênese e a dinâmica produtiva, o nível de empregos diretos e indiretos, os impostos, a mobilidade demográfica, as transformações no uso do solo e na paisagem, assim como a política local e o modo de inserção das cidades na rede urbana sob seu controle (CORRÊA, 1996, p.25).

A diversificação agrícola foi o mecanismo encontrado para a sobrevivência e manutenção dos pequenos proprietários rurais, dos municípios já citados, frente a duas problemáticas vivenciadas pela agricultura, primeiramente em períodos de baixa de produtividade de determinada espécie provocada por intempéries climáticas, tem-se na propriedade outra fonte de renda, minimizando os impactos econômicos e o aumento do êxodo rural; o segundo aspecto respalda-se na estruturação da organização e venda da produção agrícola que fortalece a rede, frente ao poder hegemônico das grandes cooperativas, e permite sua expansão nos locais onde estas ainda não se estabeleceram.

A rede já em funcionamento evolui horizontal e verticalmente e tem produzido mudanças significativas na economia local, com aumento do PIB e melhorias na distribuição de renda, cuja tendência aponta para a constante ampliação de sua atuação, uma vez que muitos são os pequenos municípios que se encontram em situação decadente e necessitando de alternativas ao desenvolvimento econômico e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFONSI, Rogério Remo. **Histórico climatológico da cafeicultura brasileira**. In: Informativo Garcafé, maio de 2000. Disponível no site: <http://www.coffeebreak.com.br/>. Acessado em julho de 2010.

APROCOR (Associação de Produtores de Corumbataí do Sul-PR). **Apresentação**. Disponível em: http://www.aprocor.com.br/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1, acessado em julho de 2010.



COLAVITE, Ana Paula. **As Transformações Históricas e a Dinâmica Atual da Paisagem do Município de Corumbataí do Sul – PR**. Projeto de Doutorado. UEM: Programa de Doutorado em Geografia, Maringá, 2009.

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Marcio Mendes. Estudo sobre os municípios periféricos na Mesorregião Centro-ocidental Paranaense. In: **Revista de Geografia**. Londrina: v. 18, n. 2, 2009. Disponível no site: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/>, acessado em julho de 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, nº54, vol.3, p.115-121, 1992.

CORRÊA, Roberto Lobato. Os Centros de Gestão do Território. In: **Revista Território**. Rio de Janeiro, nº1, pp.23-30, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Diferenciação Sócio-Espacial, Escala e Práticas Espaciais**. Grupo de Estudos Urbanos – Texto para discussão. UFRJ, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. Rede Urbana e Formação Espacial, uma Reflexão Considerando o Brasil. In: **Revista Território**: ano V, nº8, pp.121-129, jan/jun, 2000.

IBGE. **Cidades: Corumbataí do Sul**. Disponível no site <http://www.ibge.gov.br>, acessado em junho de 2009.

IPARDES. **Cadernos Municipais**. Disponível para acesso em <http://www.ipardes.gov.br>, acessado em maio de 2009.

MORO, Dalton Aureo. A Modernização da Agricultura Paranaense. In: VILLALOBOS, Jorge Guerra (Org.). **Geografia Social e Agricultura no Paraná**. Maringá, PGE/UEM, 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. Edusp: São Paulo, 2002.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo, 1988. Disponível para download em: http://rodrigomaia.site88.net/livros/met_esp_hab_ms.pdf, acessado em julho de 2010.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. 5ed. Edusp: São Paulo, 2007.

SETI. **Programa Universidade sem Fronteiras**. Disponível em <http://www.seti.pr.gov.br>. Acessado em junho de 2009.

TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas. A criação de municípios após a Constituição de 1988. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol.17, nº .48. São Paulo, Fevereiro de 2002.